



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

CONTRATAÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA COMUM PARA A EXECUÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

Objetivo: O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada e analisar a viabilidade da contratação intencionada, por meio de estudo técnico preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Projeto Executivo, de forma a melhor atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social no que tange a este processo.

Objeto da contratação: Contratação de obra de engenharia comum, para a execução do centro de convivência do idoso, conforme condições especificadas no projeto executivo e demais elementos de engenharia.

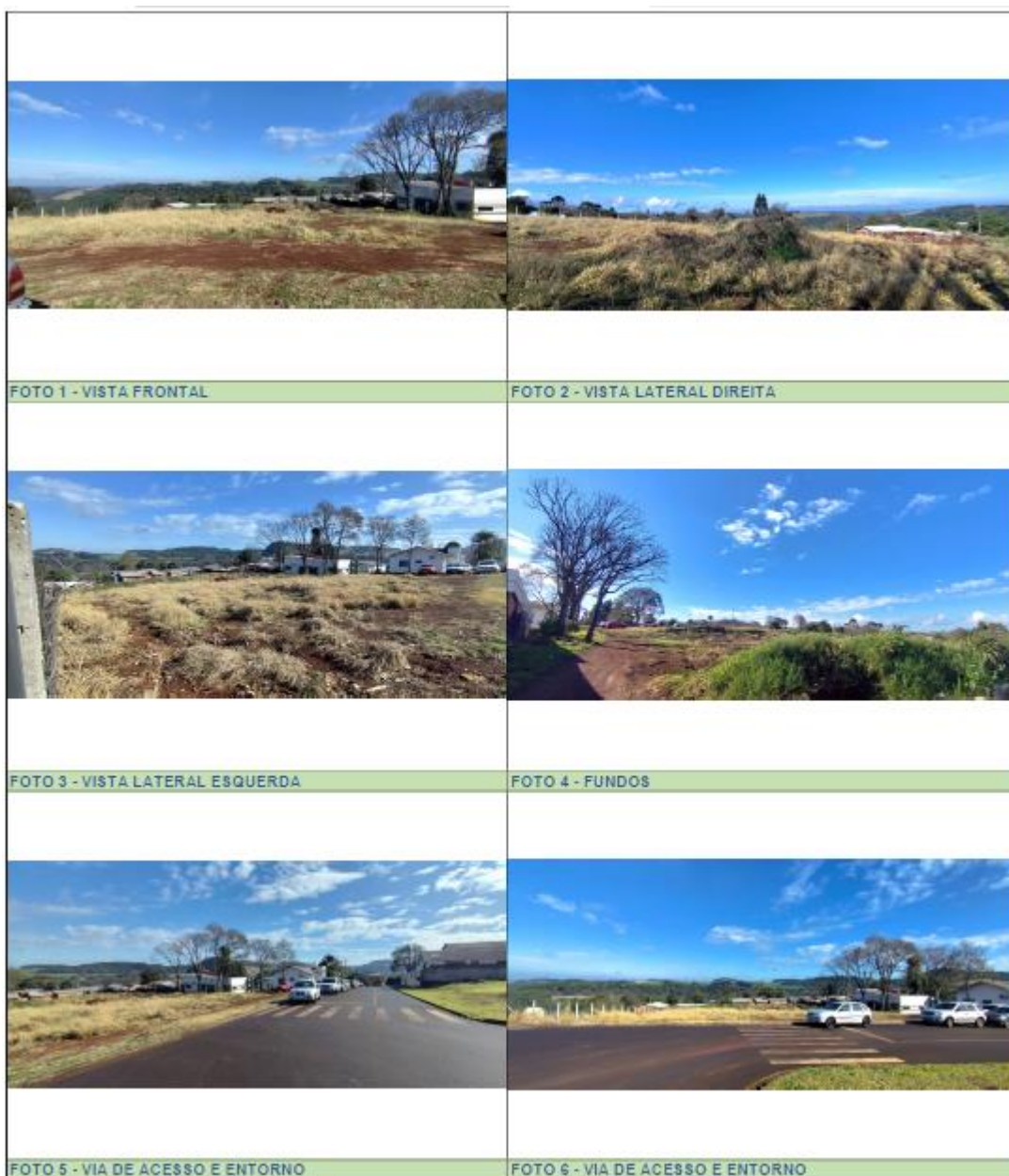
Localização da Obra: A execução do objeto se dará no seguinte endereço:

- Lote 03 Quadra 22, Rua Otílio Cassildo Weiss nº09, Bairro São José Operário, Coronel Vivida-PR CEP:85.553-212.





MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ



Titularidade do Terreno: Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná.

Referência legal: Art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Art. 30 e seguintes do Decreto Municipal 8.266/2023.

Equipe de Planejamento/ou nome do servidor responsável pela elaboração do ETP:
KATIA ELOIZA DA ROCHA/ ENGENHEIRA CIVIL



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

Servidor responsável pela elaboração do orçamento estimativo:

DOUGLAS CRISTIAN STRAPAZZON/ ENGENHEIRO CIVIL

Escolha da modalidade de licitação: CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, definida no Art. 28, Inciso II, c/c Art. 6º, Inciso XXXVIII, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, como adequada para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns de engenharia.

A contratação caracteriza-se como obra de engenharia comum, de modo que a modalidade adequada para o processamento é a concorrência na sua forma eletrônica, uma vez que o Art. 17, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021, dispõe que as licitações serão realizadas, preferencialmente, sob a forma eletrônica.

Caracterização da obra de engenharia como comum: Obra pública é considerada toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bem público. Ela pode ser realizada de forma direta, quando a obra é feita pelo próprio órgão ou entidade da Administração, por seus próprios meios, ou de forma indireta, quando a obra é contratada com terceiros por meio de licitação, como é o presente caso.

Em linhas gerais e com base em critérios exclusivamente técnicos, a equipe de engenharia da Divisão de Estudos e Projetos entende que a obra de execução de um centro de convivência é caracterizada como obra de execução comum de engenharia, pois o método e técnica executiva/construtiva, materiais e ferramentas empregados podem ser executados através padrões de desempenho e qualidade comum dentro do universo de licitantes com ramo de atividade compatível.

A Lei Federal nº 14.133, de 2021, em seu Art. 6º, incisos XII e XXI, estabelece as definições de obra e serviço de engenharia também se valendo da referência à dimensão da alteração, nos seguintes termos:

XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

[...]

XXI – serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

- a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;*
- b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea a deste inciso;*

De acordo com a definição apresentada pelo IBRAOP¹, “obra comum de engenharia é aquela na qual (i) a mão de obra, os equipamentos e os materiais utilizados são padronizáveis e (ii) amplamente disponíveis no mercado, (iii) os métodos construtivos têm responsabilidade técnica assumida por arquiteto, engenheiro ou técnico com registro no conselho profissional (que atenda aos requisitos previsto no edital), bem como (iv) os objetos contratados são de conhecimento geral e possuem muitas características técnicas de fácil descrição e compreensão, inclusive por parte do executor da obra, o operário da construção civil”.

As obras comuns de engenharia são, portanto, “aquelas obras (i) corriqueiras, (ii) de baixa complexidade técnica, (iii) e de menor risco de engenharia, (iv) quase sempre de pequeno e médio portes, para as quais (v) não exista qualquer dificuldade para se estabelecer as especificações técnicas, os memoriais descritivos dos serviços e os respectivos padrões de qualidade desejados pela Administração. São aquelas cujos materiais, equipamentos e métodos construtivos sejam (vi) usuais e para as quais (vii) exista grande número de fornecedores e de executores (empresas e profissionais) no mercado local ou regional (que é aquele mercado que costuma suprir a demanda no caso de obras de pequeno e médio portes)”, razão pela qual foram consideradas, na Lei nº 14.133/2021, em conjunto com os serviços comuns de engenharia.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) elaborou uma série de normativas técnicas, sendo possível acessar algumas normativas sobre o assunto. Nessas normativas, há diversos parâmetros a serem analisados que determinam o desempenho e a qualidade, sendo todas amplamente analisadas na confecção do projeto executivo. Observamos também a lógica por traz da industrialização da construção civil. Quando um insumo pode ser produzido em larga escala, com controle tecnológico, há obrigatoriamente uma padronização em termos de

¹ IBRAOP – Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

qualidade/durabilidade. Considerando que o principal insumo da obra é um elemento industrializado (concreto usinado, aço, pavimento de concreto e tubos de pvc), entendemos que há o enquadramento da definição exposta acima sobre “obra comum de engenharia”.

Com base no conceito apresentado pela Lei nº 14.133/2021, uma definição plausível para obra comum de engenharia seria uma obra na qual a mão de obra e os materiais utilizados são padronizáveis e amplamente disponíveis no mercado, os métodos construtivos têm responsabilidade técnica assumida por qualquer arquiteto ou engenheiro com registro no conselho profissional, bem como os objetos contratados são de conhecimento geral e possuem muitas características técnicas de fácil descrição e compreensão, inclusive por parte de quem vai executar a obra, o operário da construção civil.

Para a obra comum, acrescenta-se ainda parte da definição do serviço comum de engenharia, ou seja, a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, inclusive por ensaios tecnológicos, bem como a possibilidade de a especificação do objeto ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto.

Diante disso, por se revestir de caráter eminentemente técnico, de cunho fundamental, compete a equipe técnica definir a natureza do objeto, enquadrando-o como obra de engenharia comum.

Nesse aspecto e, de acordo com os elementos de engenharia, as técnicas, materiais e mão de obra a serem empregadas na execução do centro de convivência do idoso são padronizáveis e amplamente disponíveis e usuais no mercado, caracterizando como a presente contratação como “comum”.

Critério de julgamento “MENOR PREÇO GLOBAL”: Nos termos do Art. 6º, inciso XXXVIII, alínea “a”, da Lei nº 14.133/21, a concorrência enquanto modalidade de Concorrência Eletrônica para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, poderá ter como critério de julgamento menor preço.

Regime de Execução: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

O recebimento, aceitação e pagamento dos serviços obedecerá ao cronograma físico-financeiro prevendo etapas de entregas.

1. Área requisitante da contratação: A demandante da presente obra é a Secretaria de Assistência Social.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

Nome Requisitante: Fátima Vogel da Silva. Telefone: 0800 046 0102.

2. Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (Lei nº 14.133/2021 - Art. 18, § 1º, I c/c § 2º e Decreto Municipal nº 8.266/2023 – Art. 34, Inciso I):

É dever da gestão municipal melhorar a estrutura pública e promover boas condições de conservação e funcionamento, de forma condizente com as demandas da atualidade. O envelhecimento da população é uma realidade no Brasil e, de acordo com dados do IBGE, o número de pessoas com 60 anos ou mais aumenta significativamente a cada ano, exigindo a criação de políticas públicas que atendam às suas necessidades específicas.

A construção de um Centro de Convivência do Idoso justifica-se pela necessidade de oferecer à população idosa um espaço adequado e estruturado para a promoção da qualidade de vida, fortalecimento de vínculos sociais e desenvolvimento de atividades voltadas ao envelhecimento saudável e ativo.

A inexistência de um espaço apropriado compromete a efetividade das ações socioassistenciais, dificultando o acesso a atividades de lazer, cultura, esporte, oficinas e programas de convivência intergeracional. O Centro de Convivência do Idoso surge, portanto, como uma resposta concreta a essa demanda, proporcionando inclusão social, combate ao isolamento, valorização da pessoa idosa e prevenção de agravos à saúde, fortalecendo a rede de proteção social e assegurando a observância das diretrizes legais voltadas à promoção do bem-estar da terceira idade.

A execução da obra deverá ser realizada por empresa devidamente habilitada e observará todas as informações constantes na documentação técnica em anexo, sem alterações, a fim de garantir maior celeridade no atendimento da demanda da municipalidade.

Diante disso, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para a execução das obras de engenharia propostas, medida que se mostra adequada ao interesse público.

3. Requisitos da contratação (Lei nº 14.133/2021 e art. 18, § 2º c/c art. § 1º, III):

3.1. A obra será executada por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e nos demais documentos de engenharia;



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

3.2. A empresa licitante deverá estar regularmente inscrita no respectivo conselho profissional (CREA/CAU ou outro órgão competente), bem como o(s) profissional(is) designado(s) como responsável(eis) técnico(s);

3.3. Será de responsabilidade integral da contratada a observância e o cumprimento da legislação e demais instrumentos normativos vigentes a respeito de relações trabalhistas, acidentes no trabalho, tributos, previdência social, e todas as demais disposições normativas que venham a incidir na execução do contrato;

3.4. A execução do contrato não tem o condão de estabelecer qualquer vínculo empregatício entre os funcionários da contratada e a administração, sendo proibida qualquer tipo de relação que caracterize qualquer forma de pessoalidade e/ou subordinação direta, tais como:

- a) Possibilitar ou dar causa a atos de subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas, aplicação de sanção e supervisão direta sobre os empregados da contratada;
- b) Exercer o poder de mando sobre os empregados da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;
- c) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
- d) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
- e) Definir o valor da remuneração dos trabalhadores da empresa contratada para executar a obra, salvo nos casos específicos em que se necessitam de profissionais com habilitação/experiência superior à daqueles que, no mercado, são remunerados pelo piso salarial da categoria, desde que justificadamente;
- f) Conceder aos trabalhadores da contratada, direitos típicos de servidores públicos, tais como recesso, ponto facultativo, dentre outros;

3.5. Ao elaborar sua proposta, a licitante deverá atentar para a realidade do mercado local, devendo incluir todas as despesas necessárias, como materiais, impostos, taxas, fretes, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas relacionadas à execução da obra;

3.6. Será de responsabilidade da contratada o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e utensílios, nos quantitativos estimados para a perfeita execução do serviço;

3.7. A contratada deverá executar a obra de acordo com as determinações e especificações dos projetos arquitetônicos e demais projetos complementares, devendo observar as plantas, detalhes, especificações, e quaisquer outras informações disponibilizadas;



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

3.8. A contratada deverá observar e cumprir toda e qualquer lei, portaria, regulamento, normas técnicas e demais instrumentos normativos aplicáveis à execução da obra;

3.9. A contratada deverá disponibilizar aos trabalhadores da obra todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários, de acordo com a NR 6;

3.10. Caso a contratada opte por fornecer alimentos aos funcionários no próprio canteiro de obras, será de sua inteira responsabilidade garantir as condições de salubridade e higiene exigidas pelos órgãos responsáveis;

3.11. A execução do centro de convivência do idoso produzirá resíduos sólidos, sendo tal fato comum em obras de engenharia realizadas em nossa região. Os resíduos sólidos produzidos na execução da obra deverão ser armazenados e descartados adequadamente, de acordo com a Lei municipal nº 4.671 de 03 de maio de 2024, que dispõe da Política Municipal de Resíduos sólidos e do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, e outras providências. Dentre o atendimento as legislações ambientais, estas medidas visam evitar a proliferação de animais como ratos e baratas, contaminação do solo e águas superficiais e alteração da paisagem, dentre outros impactos ambientais. Para tanto, recomenda-se as seguintes medidas:

- a) Observar as determinações da Resolução nº 307/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
- b) Racionalizar o processo construtivo, por meio soluções construtivas adequadas pautadas na redução da produção de resíduos, devendo, para tal, observar as técnicas construtivas e materiais empregados nos projetos e no memorial descritivo.

3.12. A contratada deverá, também, executar a atividade buscando sempre mitigar os impactos ambientais decorrentes da construção utilizando materiais reutilizáveis e recicláveis, madeira ambientalmente certificada, sempre que o uso de tal material for necessário em elementos como suporte da cobertura, esquadrias, portas, dentre outros, destinar adequadamente os efluentes produzidos durante a reforma da obra e adotar práticas sustentáveis.

3.13. A contratada deverá priorizar o emprego de mão de obra local, contribuindo, assim, com a geração de emprego e renda por meio do desenvolvimento sustentável.

3.14. A contratada deverá dispor de equipamentos modernos e adequados para a execução do serviço, bem como uma equipe altamente capacitada e experiente. Os padrões de



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

qualidade devem ser seguidos para garantir a resistência e durabilidade da estrutura, proporcionando segurança aos usuários.

3.15. Comprovação, por parte da empresa a ser contratada, através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de responsabilidade técnica com comprovação de descrição do objeto e quantidade mínima a ser definida após planilha orçamentária, nos termos dos artigos 67 e seguintes da Lei 14.133/2021, sendo permitido o somatório de atestados.

3.16. Para a capacidade técnica profissional, a empresa a ser contratada deverá apresentar declaração de responsabilidade técnica, indicando o responsável técnico pela execução da obra até o seu recebimento definitivo pelo licitador; sendo que, o responsável indicado, deverá participar da obra objeto da licitação.

3.17. Definição de cláusulas e condições para a execução da obra que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução da obra em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação.

Por fim, é de extrema importância que a execução da obra esteja em conformidade com todas as normas e regulamentações ambientais e de segurança do trabalho. Isso garante a proteção do meio ambiente e a integridade física dos trabalhadores envolvidos no projeto. Com esses requisitos em mente, a contratação da obra para a execução do centro de convivência do idoso será capaz de atender às demandas da população.

4. Estimativas das quantidades para a contratação (Lei nº 14.133/2021 Art. 18, § 1º, IV c/c § 2º):

Constitui o objeto deste estudo a contratação de empresa para execução do centro de convivência do idoso no Município de Coronel Vivida/PR, sendo que o empreendimento terá 2.060,12m² de área construída, entre os principais serviços a serem executados, serão necessários 1.381,23m de fundação em estaca escavada e blocos de coroamento, execução de 8.936,34m³ de aterro, 900,69m³ de muro de contenção em pedra argamassada, execução da estrutura pré-moldada, 2.432,69m² de fechamento em alvenaria convencional, execução de projeto elétrico e SPDA, projeto hidrossanitário, além da execução do projeto de prevenção de incêndio. O fechamento será com 565,00m² de alambrado e um portão de correr com cinco metros de comprimento, além de execução de 480m² de calçada em concreto, 37,18m² de piso podotátil alerta/direcional de borracha, plantio de 1.029,99m² grama batatais e



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

paisagismo. Os quantitativos dos materiais e serviços a serem empregados na obra tem origem nos projetos e constam de forma discriminada na planilha orçamentária.

4.1. Cronograma Físico – Financeiro

O Cronograma físico-financeiro é um documento técnico necessário e deverá fazer parte do projeto e é elaborado em compatibilidade com as etapas definidas da obra, em consonância com os valores obtidos em planilha orçamentária, definindo para a execução das obras suas etapas e tempos necessários para execução e seus correspondentes valores, alinhando assim a execução física da obra com a financeira estimada para a obra.

5. Estimativa do valor da contratação (Lei nº 14.133/2021 Art. 18, § 1º, VI c/c § 2º e Decreto Municipal nº 8.266/2023, Art. 34, Inciso IV):

O valor de repasse da prioridade nº102, SAM 79 é de R\$ 6.814.150,25 (seis milhões, oitocentos e quatorze mil, cento e cinquenta reais e vinte e cinco centavos), o restante do valor da contratação será através de contrapartida do município.

A estimativa de preços da contratação é compatível com os quantitativos levantados nos projeto foi realizado na planilha OrçaCivil, disponibilizada pelo ParanaCidade, que tem como base os preços do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, que é a principal tabela utilizada no orçamento de obras em geral, de acordo com o último boletim de referência publicado, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil. Além de cotações realizadas formalmente em empresas disponíveis no mercado, para a montagem da estrutura do barracão pré-moldado e do sistema de prevenção de incêndio.

Os custos de execução, apresentados em planilha orçamentária, serão elaborados por equipe técnica devidamente capacitada, que resultará no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação, que deverá compor a documentação dos Projetos e Memorial Descritivo.

6. Justificativas para o parcelamento da contratação (Lei 14.133/2021 Art. 18, § 1º, VIII c/c § 2º Decreto Municipal nº 8.266/2023 e Art. 34, Inciso VIII):

Consoante a súmula 247 do Tribunal de Contas da União, o objeto de uma licitação deve ser dividido em tantos itens quanto forem possíveis, de modo a ampliar a competitividade do processo licitatório:



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, **desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo** ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Entretanto, se por um lado o parcelamento da contratação deve ser a regra nas licitações públicas, importante ressalva é feita para aqueles casos em que, pela natureza do objeto da contratação, sua divisão possa acarretar algum prejuízo técnico ao desenvolvimento das atividades ou até mesmo prejudicar o controle sobre a execução do objeto contratado. Em tais situações, pode ocorrer, inclusive, uma maior dificuldade no estabelecimento do nexo de causalidade entre condutas e eventuais prejuízos causados, obstando, assim, a atribuição de responsabilidades.

Nesse sentido, adverte o Tribunal de Contas da União²:

É preciso ter cuidado para que, quando do parcelamento, não haja dificuldade futura para atribuição de responsabilidade por eventuais defeitos de construção. Por exemplo, no caso específico de uma edificação, se surgem trincas nas paredes do último andar, o executor da alvenaria pode querer responsabilizar quem ergueu a superestrutura que, por sua vez, pretende responsabilizar o executor das fundações que, por seu turno, alega que a causa do problema foi a execução inadequada da proteção térmica da cobertura.

O art. 40, § 2º, da Lei nº 14.133/21, dispõe que:

“§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

² Brasil. Tribunal de Contas da União. Obras públicas: recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras públicas / Tribunal de Contas da União. – 2. ed. Brasília: TCU, SECOP, 2009.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

- II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e
- III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

No presente caso, a contratação para a execução da obra deverá ser licitada como objeto não divisível, sem parcelamento do objeto com a execução da obra por uma única empresa “por lote”.

A indivisibilidade do objeto ainda se justifica pelo fato de que os elementos técnicos e econômicos do caso concreto condizem com o seu não-parcelamento, cuja fragmentação do objeto poderá comprometer a realização da obra, onde a centralização da responsabilidade em uma única contratada é considerada eficiente e com resultados satisfatórios a vista do acompanhamento de problemas e soluções, bem como por facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado.

De tal forma, diante da natureza do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, qual seja, execução de obra de engenharia para execução do centro de convivência, é razoável que a eventual contratação a ser realizada não seja parcelada, diante da maior necessidade de desenvolvimento integrado do conjunto de atividades, devendo o objeto da licitação, cada item, ser adjudicado a uma única empresa, de modo a permitir que o gerenciamento da execução da obra e o do contrato administrativo se desenvolvam de forma mais efetiva.

Dito isto, ainda é importante ressaltar que a concentração da solução não tem o condão de inibir a competitividade do eventual procedimento licitatório a ser instaurado, tendo em vista que há, no mercado local, uma diversidade de empresas aptas a executar, na íntegra, o objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

7. Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual (Decreto Municipal nº 8.266/2023, Art. 34, Inciso II):

Não existe previsão para o objeto deste no Plano de Contratações Anual, todavia o mesmo está alinhado ao Planejamento de Contratações do Município não havendo impedimento de licitar conforme Decreto 8.266/2023, alterado pelo Decreto 8.410/2024:

“Art. 221-C. “Poderão ocorrer licitações para contratação de itens que não estejam registrados no Plano de Contratações Anual - PCA desde que atendidos os requisitos de



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

interesse público e conveniência.”

8. Levantamento de mercado (Lei nº 14.133/2021 Art. 18, § 2º c/c Art. § 1º, III):

No âmbito da Administração Pública Municipal, é comum a contratação de empresas especializadas em engenharia para construção de novas edificações e para reformas de estruturas existentes, visando dotar os órgãos públicos da infraestrutura adequada ao pleno desempenho de suas funções.

No entanto, é imprescindível que, ao planejar a construção de qualquer edificação, os gestores públicos avaliem se essa é, de fato, a solução mais adequada do ponto de vista do interesse público, bem como a existência de empresas, na região ou no mercado nacional, com comprovada capacidade técnica e operacional para executar o objeto no padrão de qualidade exigido.

Nesse contexto, verificou-se que as opções disponíveis no mercado para execução da obra foram devidamente analisadas, de forma a subsidiar a escolha da melhor solução a ser adotada. Constatou-se a viabilidade da contratação de empresa especializada, uma vez que a Administração Municipal não dispõe de capacidade técnica, material e de pessoal para executar diretamente a obra de engenharia objeto desta licitação.

A empresa contratada deverá ser responsável pela execução integral do objeto, com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais necessários, entregando a obra concluída ao Município, em conformidade com o projeto executivo e demais documentos técnicos anexos.

Ainda, a partir da análise de contratações anteriores de natureza semelhante realizadas pelo Município, constatou-se que a execução do presente objeto requer que a empresa vencedora comprove sua capacidade técnica mediante a apresentação de atestados de desempenho anterior compatíveis, observando-se a legislação aplicável.

Dessa forma, o levantamento de mercado confirma a adequação da estratégia de contratação proposta, bem como a existência de fornecedores aptos à execução da obra dentro dos padrões técnicos e legais exigidos.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

9. Descrição da solução (Lei nº 14.133/2021 Art. 18, § 2º c/c Art. § 1º, III):

De acordo com a solução empregada para a execução do centro de convivência do idoso está incluso no escopo dos serviços técnicos:

- a) Execução do aterro;
- b) Muro de contenção em pedra argamassada;
- c) Fundações tipo estaca escava e blocos de coroamento, conforme projeto estrutural;
- d) Estrutura pré-moldada e estrutura de concreto armado;
- e) Fechamento em alvenaria de vedação com blocos cerâmicos;
- f) Pisos com revestimento cerâmico;
- g) Forro de fibra mineral;
- h) Cobertura com estrutura metálica e telha tipo sanduíche;
- i) Esquadrias;
- j) Pintura interna e externa;
- k) Instalações hidrossanitárias;
- l) Instalações elétricas e SPDA;
- m) Execução do projeto de prevenção e combate a incêndio;
- n) Execução das calçadas e paisagismo;
- o) Implantação e limpeza final da obra.

As intervenções deverão seguir as normativas pertinentes relativas à qualidade do produto e execução com disponibilização de mão de obra, materiais e equipamentos adequados à execução dos trabalhos.

10. Demonstrativo dos resultados pretendidos (Lei nº 14.133/2021 Art. 18, § 2º c/c Art. § 1º, III):

A construção do Centro de Convivência do Idoso tem como finalidade principal promover a melhoria da qualidade de vida da população idosa do Município, por meio da disponibilização de um espaço adequado, acessível e seguro para o desenvolvimento de atividades sociais, culturais, recreativas e de promoção à saúde.

Com a implantação do equipamento público, os resultados esperados são:

- **Promoção da inclusão social**, por meio da convivência regular em comunidade, reduzindo os efeitos do isolamento social.
- **Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários**, criando um ambiente de apoio e integração.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

- **Valorização do protagonismo da pessoa idosa**, com participação ativa no planejamento e execução de atividades.
- **Aumento do bem-estar físico e emocional**, por meio de atividades físicas orientadas, oficinas terapêuticas e grupos de apoio.
- **Estímulo ao envelhecimento ativo e ao aprendizado contínuo**, oferecendo oportunidades de desenvolvimento pessoal e social.
- **Criação de um espaço de referência para ações intersetoriais**, permitindo a articulação entre saúde, assistência social, educação, esporte e cultura.
- **Sensibilização da sociedade sobre os direitos e o valor social da pessoa idosa**, promovendo o respeito e a valorização dessa faixa etária.
- **Integração intergeracional**, por meio de eventos e atividades abertas à comunidade em geral, fortalecendo a troca de experiências entre gerações.

Dessa forma, a obra representa não apenas a construção física de um espaço, mas a materialização de uma política pública de grande relevância social, alinhada às diretrizes constitucionais e legais voltadas à proteção e valorização da pessoa idosa.

11. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (Lei nº 14.133/2021 Art. 18, § 2º c/c Art. § 1º, III):

Visando a correta execução do contrato, a administração deverá executar minimamente as seguintes ações antes de contratação:

- a) Elaboração dos Projetos Arquitetônicos e Complementares, contendo o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, ou o complexo de obras objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução;
- b) Disponibilizar servidores qualificados para o gerenciamento do contrato, bem como para realizar as ações de fiscalização da execução da obra, não sendo necessárias maiores intervenções nesse sentido;
- c) Definições dos locais onde serão armazenados os equipamentos da CONTRATADA;
- d) Definição de planos de trabalho com vistas à boa execução contratual;
- e) Acompanhamento rigoroso das ações previstas nos projetos apresentados para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

Para o processamento da Concorrência Eletrônica e execução do contrato caberá a CONTRATANTE:

- a) Fornecer as informações técnicas, por meio do Projeto Básico e Executivo e seus anexos, acerca da execução do objeto.
- b) Quando da realização do contrato exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e nos termos da proposta apresentada.
- c) Deverá a CONTRATANTE acompanhar e fiscalizar a obra, por servidor ou comissão especialmente designada.
- d) Constatadas irregularidades deverão notificar a CONTRATADA por escrito acerca das eventuais ocorrências.

No processo licitatório deverá a licitante observar as regras estabelecidas pela Lei nº 14.133 de 2021 acerca da participação no procedimento, as diretrizes quanto a execução de obras de engenharia, bem como obedecer às normas correlatas relacionadas ao objeto da contratação, além de:

- a) Aquela que se consagrar vencedora deverá executar o contrato conforme as especificações contidas no Projeto Executivo, Edital e seus anexos, assim como seguir os termos de sua proposta.
- b) Comunicar ao Fiscal do contrato qualquer ocorrência irregular que se verifique no local da obra.
- c) Prestar esclarecimentos ou informação quando solicitado pela CONTRATANTE.

12. Contratações correlatas e/ou interdependentes (Lei nº 14.133/2021 Art. 18, § 2º c/c Art. § 1º, III):

Relacionadas ao objeto pretendido não existem em andamento contratações correlatas ou interdependentes que possam interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação. O processo licitatório será conduzido de forma independente e exclusiva, sem a necessidade de considerar outros contratos ou serviços em andamento. A administração pública se concentrará apenas na contratação do objeto específico em questão, buscando atender aos requisitos técnicos e econômicos estabelecidos no edital de licitação.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

13. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (Lei nº 14.133/2021 Art. 18, § 2º c/c Art. § 1º, III):

O procedimento para contratações públicas busca sempre o melhor para o interesse público, tal conceito vai além do mero cotejo de menores preços, para analisar os benefícios do processo torna-se necessário avaliar os impactos positivos e negativos na aquisição quanto a:

- a) A observância de normas e critérios de sustentabilidade;
- b) O emprego apurado dos recursos públicos;
- c) Conservação e gestão responsável de recursos naturais;
- d) Uso de agregados reciclados, sempre que existir a oferta;
- e) Remoção apropriada dos resíduos conforme normas de Controle de Transporte de Resíduos.
- f) Observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas como INMETRO e ABNT.

No art. 45, Lei nº 14.133/21 determina que as obras de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras CONTRATADAS, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obra CONTRATADA.

Na mesma acepção a Resolução CONAMA nº 307/2002 define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

Sob esse viés normativo, a contratação pretendida nesta Concorrência Eletrônica caracteriza-se com obra de engenharia e a sua execução implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil, de modo que deverá a futura CONTRATADA empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

Baseado nas questões de sustentabilidade, um dos requisitos iniciais é de identificar os aspectos ambientais associados às suas atividades, produtos e serviços previstos de serem executados os quais possa controlar e/ou possa influenciar. Assim, determinar os aspectos que tenham ou possam ter impactos significativos sobre o meio ambiente (aspectos ambientais significativos) gerando as ações de mitigação e controle a serem implementadas.

Considerando serviço de engenharia comum em questão, como impactos ambientais associados podemos elencar e destacar os possíveis impactos ambientais e a relação com a medida mitigadora:

- Geração de expectativas na comunidade
Medida saneadora/mitigadora: Divulgar amplamente sobre as ações e benefícios do serviço em questão.
- Aumento dos níveis de ruído
Medida saneadora/mitigadora: principalmente durante a execução do serviço, como forma de atenuar o impacto do ruído na área de entorno, toda atividade deve ser realizada em horário comercial, a fim de evitar desgastes com a comunidade.
- Geração de resíduos sólidos
Medida saneadora/mitigadora: principalmente durante a execução do serviço necessário, todo resíduo deve ser armazenado de forma adequada, e encaminhado para a coleta domiciliar do município. Para os resíduos da construção civil, prever os usos de caçambas estacionárias e encaminhado a destinação ambientalmente correta.
- Alteração nas vias de trânsito
Medida saneadora/mitigadora: em atenção aos maquinários durante o período da obra.
- Geração de emprego e renda
Medida saneadora/mitigadora: impacto ambiental positivo que não prevê medida mitigadora.
- Melhoria nas condições de saúde pública
Medida saneadora/mitigadora: impacto ambiental positivo que não prevê medida mitigadora.

Diante disso, na execução da obra deverá a CONTRATANTE e a CONTRATADA a observância das normas de proteção ambiental, cabendo a primeira fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a segunda o respeito às leis ambientais na consecução da obra.

14. Gestão e Fiscalização

A fiscalização da obra ficará a cargo do corpo técnico de fiscalização técnico da Divisão de Estudos e projetos e a gestão ao órgão requisitante.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

GESTOR DO CONTRATO: FÁTIMA VOGEL DA SILVA

FISCAL DA OBRA: DOUGLAS CRISTIAN STRAPAZZON

FISCAL DA OBRA: KATIA ELOIZA DA ROCHA

15. Posicionamento conclusivo (Lei nº 14.133/2021 Art. 18, § 1º, XIII c/c § 2º e Decreto Municipal nº 8.266/2023 – Art. 34, Inciso XIII):

Trata-se de obra de engenharia classificada como serviço comum, pois o objeto pode ser objetivamente padronizado em termos de desempenho e qualidade, envolvendo a execução de atividades que asseguram a adequada implantação e funcionamento da infraestrutura pública, conforme especificações técnicas previamente definidas. Experiências anteriores da Administração Municipal indicam que a contratação de serviços desta natureza apresenta viabilidade e elevada probabilidade de alcance dos resultados pretendidos.

A Administração Pública não dispõe, em seu quadro de servidores, de quantitativo suficiente de profissionais habilitados para a execução da obra, tornando-se imprescindível a contratação de empresa especializada em engenharia para a realização do objeto.

Considerando o planejamento consignado neste Estudo Técnico Preliminar e a necessidade de implantação da obra para atendimento da população idosa, conclui-se que a contratação por meio de Concorrência Eletrônica é a forma mais vantajosa para a Administração, assegurando a competitividade, a transparência e a seleção da proposta mais adequada sob os aspectos técnicos e financeiros.

Declaramos, ainda, ciência do disposto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e ser processada em estrita conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

Diante do exposto, esta equipe de planejamento declara VIÁVEL a contratação da obra de engenharia para a construção do Centro de Convivência do Idoso, com fundamento neste Estudo Técnico Preliminar.

Coronel Vivida, datado e assinado digitalmente.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA – ESTADO DO PARANÁ

Fátima Voguel da Silva
Secretária de Assistência Social

Douglas Cristian Strapazzon
Divisão de Estudos e Projetos

Katia Eloiza da Rocha
Divisão de Estudos e Projetos



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9CA1-71F7-C01D-763E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



KATIA ELOIZA DA ROCHA (CPF 110.XXX.XXX-42) em 01/10/2025 16:17:18 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



FÁTIMA VOGEL DA SILVA (CPF 757.XXX.XXX-87) em 01/10/2025 16:52:09 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



DOUGLAS CRISTIAN STRAPAZZON (CPF 041.XXX.XXX-06) em 02/10/2025 08:25:36 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://coronelvvida.1doc.com.br/verificacao/9CA1-71F7-C01D-763E>